



PRÁTICAS INFOINCLUSIVAS E MEDIAÇÃO: REFLETINDO ÀS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO COM AS TDIC's NAS APRENDIZAGENS ESCOLARES

Eixo 11 – Políticas Públicas em Educação e Comunicação

Danilo Alves de ARAUJO¹

Roberto Costa Nunes JUNIOR²

Jacques Fernandes SANTOS³

Vanessa Estevam Alves MARTINS⁴

Vinicius Silva SANTOS⁵

RESUMO

As TDIC's podem ser entendidas como um conjunto de diferentes dispositivos tecnológicos que intercambiam as práticas culturais humanas na atualidade. Esse trabalho objetiva refletir sobre as práticas infoinclusivas possíveis por meio da mediação e uso das Tecnologias Digitais a Informação e da Comunicação TDIC's para (re) pensar as experiências de aprendizagens na escola. A metodologia que orienta esse trabalho se inspira numa abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como técnica a revisão bibliográfica. Os resultados dessa pesquisa permitem afirmar que as práticas inclusivas podem criar pontos de intersecção no processo das aprendizagens escolares, contribuindo para o fazer pedagógico dos professores (as) e estudantes, colaborando como a construção de experiências exitosas que podem ser medidas e vividas no âmbito das escolas, frente às demandas socioeducacionais na formação de “cidadãos digitais”, críticos e atuantes.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Infoinclusivas; Mediação; Tecnologias; Infoinclusão.

ABSTRACT

The Digital Information and Communication Technologies (DICTs) can be understood as a set of diverse technological devices that shape and transform contemporary human cultural practices. This study aims to reflect on the possibilities of info-inclusive practices through the mediation and use of Digital Information and Communication Technologies (DICTs) to (re)think learning experiences in schools. The methodological approach adopted in this research is inspired by qualitative research principles, using bibliographic review as its primary technique. The results of this study indicate

¹ Doutor em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (UFMG), pesquisador do PPGESA – UNEB CAMPUS VIII – Paulo Afonso/BA - E-mail: danylo.pa.br@hotmail.com

² Mestrando em Educação e Territórios Semiáridos (UNEB), pesquisador do PPGESA – UNEB CAMPUS VIII – Paulo Afonso/BA - E-mail: roberto.cnunes@hotmail.com

³ Doutor em Educação (UNEB), professor do programa de pós-graduação PPGESA – UNEB CAMPUS VIII – Paulo Afonso/BA - E-mail: jafernandes@uneb.br

⁴ Mestrando em Educação e Territórios Semiáridos (UNEB), pesquisadora do PPGESA – UNEB CAMPUS VIII – Paulo Afonso/BA - E-mail: adv.estevam.alves@hotmail.com

⁵ Doutor em Educação (UNEB), professor do programa de pós-graduação PPGESA – UNEB CAMPUS VIII – Paulo Afonso/BA - E-mail: jafernandes@uneb.br



that inclusive practices can create points of intersection within school learning processes, contributing to the pedagogical practices of teachers and students. Furthermore, these practices foster the construction of successful experiences that can be both measured and lived within school contexts, addressing the socio-educational demands involved in the formation of critical and engaged “digital citizens.”

KEYWORDS: Info-inclusive Practices; Mediation; Technologies; Info-inclusion.

1. Introdução

A temática da infoinclusão vem se tornando um dos assuntos mais promissores no que diz respeito aos estudos sobre o desenvolvimento cultural. Desde meados da segunda metade do século passado, as discussões se voltaram para atribuir às TDICs⁶ um lugar no desenvolvimento educacional dos alunos. O tema da inclusão digital tem ganhando notoriedade dentro das pesquisas acadêmicas tendo em vista que através desses dispositivos tecnológicos as limitações de tempo e espaço podem ser estreitadas ao tempo que os indivíduos têm a oportunidade de acessar outras formas e concepções de culturas - de seu e de outros países - seja de forma síncrona ou assíncrona tem-se a possibilidade de trocas globais e culturais

Com o número crescente de usuários e de dispositivos tecnológicos é crescente a demanda e o interesse por pesquisas sobre às tecnologias aplicadas à diferentes contextos, como profissional, empresarial, acadêmico, científico ou mesmo educacional. O aumento dos estudos relacionados às tecnologias relacionando-as a diferentes áreas traduz o interesse da sociedade em compreender os fenômenos tecnológicos e suas diferentes implicações teóricas e/o práticas.

No contexto comunicação contemporânea, Lévy (1999) lembra que no passado apenas 1 % da população global possuía acesso à *internet* hoje os dados são robustos e apontam um crescimento superior a 60 %. A expressividade dos dados conduz à compreensão de que vive se em uma sociedade hiperconectada e que se utiliza dos dispositivos tecnológicos para a resolução dos problemas cotidianos bem como para a troca de informação e estreitamento dos relacionamentos interpessoais.

Com mundo cada vez mais globalizado e hiperconectado as tecnologias digitais como a *Internet*, as redes sociais, plataformas de comunicação e demais aplicativos/dispositivos são

⁶ As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) são recursos que podem ser utilizados em sala de aula, juntamente com metodologias ativas de ensino com o intuito de inserir os alunos nesse cenário e proporcionar uma aprendizagem ativa e significativa. (Paixão *et al*, 2024, p. 01).



cotidianamente utilizados para conectar pessoas, culturas e estreitar os relacionamentos interpessoais. A circulação e a socialização de informações ocorrem de forma imediata em decorrência da interdependência tecnológica que influencia diretamente o comportamento das pessoas, bem como as suas ações e visões de mundo. Outrossim, a disseminação e a troca de informações ganha espaço e velocidade tendo em vista a capacidade de impulsionamento das tecnologias digitais e desejo de comunicação. Esse fenômeno pode ser conceituado à luz do pensamento de *Aldeia Global* proposto por Marshall McLuhan que explica que os meios eletrônicos “abolem o espaço e o tempo” possibilitando assim que sejam formados ambientes interconectados e favoráveis a socialização imediatamente da informação (McLuhan, 1964).

Ao longo do tempo alguns conceitos foram sendo cunhados e passaram a ser utilizados os cotidianamente quando aplicada ao universo das tecnologias a exemplo da conectividade e interatividade e interconexões. Para Castells (2011) a *conectividade* é imprescindível para quaisquer tipos de conexão, logo é parte central no processo de inclusão digital “a infraestrutura essencial que viabiliza a comunicação contínua e global, independente de barreiras temporais ou geográficas”. Outro conceito importante é a *interatividade* que corresponde a reciprocidade comunicacional ocorrida quando os sujeitos estabelecem trocas ativas de mensagens, considero os princípios básicos à comunicação como emissão, recepção, canal... Primo (2000) conceitua trata-se de: “um processo de trocas em que as ações de uma parte influenciam e modificam as ações subsequentes da outra parte, de forma dinâmica e em tempo real”. O processo Interativo compreende a participação ativa de vários sujeitos na comunicação influenciando e sendo influenciado sistematicamente. Por fim, a *interconexão* que organiza e articula múltiplas redes sistemas, aparelhos e dispositivos possibilitando a troca de informação e o fluxo de dados Conforme ratifica Lévy (1999) ao afirmar que: “constitui o tecido digital da cibercultura, onde diferentes plataformas e redes convergem para formar ecossistemas informacionais interdependentes”.

A informação que antes era estática agora torna se dinâmica; o conhecimento que antes era restrito às bibliotecas físicas agora se descortina de forma imediata. As mudanças oriundas dessa efemeridade e volatilidade da informação reorganizaram a forma cotidiana de como a informação acontece. Se um par de décadas atrás, no advento do novo milênio, havia ainda algum *delay* na propagação e socialização da informação, nos dias de hoje esse atraso ou perenidade de alcance da informação praticamente desaparece.



O celular, o computador e a *Internet* são apenas alguns dos dispositivos tecnológicos que moldaram e/ou mudaram o comportamento das pessoas. Outrossim, é importante dizer que como um mundo demasiadamente capitalista o acesso a bens e serviços também representa um divisor socioeconômico no acesso às tecnologias. Isso porque a situação econômica interfere diretamente na aquisição e no acesso a bens e serviços de ordem tecnológica. Quanto maior o domínio de capital econômico igualmente exponencial é o acesso destes públicos aos mais vanguardistas aparelhos tecnológicos e serviços de *internet* e comunicação.

No Brasil, autores como Pretto (1996), Bonilla (2011) Hetkowscki, (2009) Santos (2021), Silveira (2025), Nemer (2013, 2022), Sorj (2013) e Durán (2019) são alguns dos autores que se dedicam a pesquisar as tecnologias, seus dispositivos e fenômenos estabelecendo diferentes focos e níveis de pesquisas, a exemplo de abordagens e definição de conceitos, aplicações das tecnologias em diferentes situações, bem como a relação com os contextos sociais e econômicos.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, a desigualdade econômica também influenciou na democratização do acesso aos meios tecnológicos. Desenvolvimento socioeconômico e desigualdade digital são duas tênues situações que perpassam o dia a dia das populações brasileiras. Se para as classes mais abastardas o acesso à informação e as tecnologias é um processo natural para as pessoas das classes inferiores a situação é inversamente contrária: em pleno século XXI os processos de efetivação da inclusão digital ou mesmo da infoinclusão ainda são desafios imensos nas mais variadas situações cotidianas

Não obstante, esse artigo objetiva refletir sobre as práticas infoinclusivas possíveis por meio da mediação e uso das Tecnologias Digitais a Informação e da Comunicação TDICs para (re) pensar as experiências de aprendizagens na escola. Ademais, esse trabalho é resultado da pesquisa de mestrado intitulada: *Práticas Infoinclusivas e Mediação Escolar no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no Campus VIII, Paulo Afonso/BA* com procedimentos de revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, concatenando importantes contribuições teóricas de pesquisadores que se dedicam a estudar *práticas infoinclusivas, mediação tecnologias e infoinclusão*.

2. Da comunicação tradicional à cultura digital: ecossistemas digitais e inclusão tecnológica

As discussões acerca das interconexões (sem fronteiras) das informações digitais estão cada vez mais afloradas. Há uma preocupação em tentar definir e organizar esse “novo” jeito de



fazer comunicação em meio a um emaranhado de redes. A mídia digital redefiniu a organização da comunicação como se conhece e o que antes era estático agora torna-se dinâmico. Onde antes figuravam os **Elementos Básicos da Comunicação** – como os propostos por Roman Jakobson (1969): emissor, receptor, mensagem, canal, código e referente – agora se estabelecem novas organizações e concepções de elementos comunicacionais.

As notícias que antes eram produzidas e indexadas às suas fontes tradicionais como jornais, revistas, rádio, tv se tornam dinâmicas e produzidas simultaneamente em espaços geográficos distintos. A informação foi descentralizada e se tornou parte do fenômeno social da comunicação. Todos podem fazer parte da informação e serem ao mesmo tempo autores destas. Pierre Lévy como corrobora (1999, p.47) “toda entidade capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”.

As informações produzidas no mundo digital influenciam o os espaços físicos para além das telas como resultado de um movimento advindo do mundo digital. Em um passado não muito distante um indivíduo geograficamente isolado não possuía nenhuma importância para o debate público, pois, por mais que este tivesse um bom esclarecimento intelectual teria quase nenhuma chance de influenciar ou pautar o debate social. Essa situação de isolamento da comunicação se rompe com o surgimento de um verdadeiro “ecossistema digital” através do qual todos os indivíduos possuem acesso a uma imensa malha de comunicação sem que para isso possuam conhecimentos de comunicação de massa de comunicação de massa.

Pierre Lévy (1999) estabelece importante diálogo acerca dos domínios da Esfera Pública: faz-se importante a construção de uma **inteligência coletiva** e de uma **ciberdemocracia** isso porque as redes sociais e os dispositivos tecnológicos deram vozes e as amplificaram para todos inclusive pessoas tolas, ingênuas e outras propositadamente desinformadas que se utilizam de produção e propagação de notícias falsa e desinformação (*Fake News*). No entanto, faz uma importante observação ao afirmar que o papel das tecnologias de comunicação com base digital é promover a construção dos coletivos inteligentes ao tempo em que democratiza o debate ao permitir que todos os indivíduos possam participar da Esfera Pública.

Emergem desse contexto verdadeiras “nuvens de memórias coletivas”, isso porque a cada ato de avaliar, julgar, produzir, transmitir ou retransmitir uma informação constrói-se uma memória coletiva, ou seja: “a ideia é que cada pessoa se considere contribuinte da memória coletiva e, ao



mesmo tempo, possa buscar recursos na memória no senso comunitário. Se há uma memória coletiva, cada um a alimenta e vai nela se alimentar e assim se constrói uma inteligência coletiva.” (Lévy, 2015).

Debater as questões inerentes à exclusão digital e tecnológica é fundamental para compreender a própria vida moderna, sobretudo, quando se há um crescente e frenético desenvolvimento ou como denominado pelo próprio autor “cibercultural” ou “cibercultura”. Para Lévy (2015) a terminologia inclusão digital demonstra as consequências essencialmente excludentes e que acompanha proporcionalmente os ganhos advindos do *ciberespaço* através do qual se formou verdadeiras bolhas normalmente ligadas às camadas que possuem maior acesso à educação, moradia, recursos e ao lazer. “A cibercultura provoca exclusões?”, é, evidentemente, uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea da opressão, de injustiça social e de miséria) é uma das principais doenças” Todas essas compreensões ajudam a entender um pouco dos caminhos que podem ser percorridos no sentido de encontrar um conjunto de iniciativas (políticas públicas) que visem incluir os indivíduos no universo da tecnologia.

Toda comunicação seja ela tradicional ou digital está influenciada por todo um contexto social e político. Mesmo em tempos de comunicação “espontânea” e “orgânica” o quê para muitos podem parecer como um fenômeno natural que emerge do seio social e pauta o debate público pode estar impregnado de intencionalidade de um determinado grupo de indivíduos com interesses próprios. (Lévy, 1999, p.19) alerta “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade, portanto, qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia”

Cysneiros (1999) explica que os dispositivos tecnológicos de comunicação assumiram um papel inseparável na vida das pessoas: é praticamente inviável pensar em uma sociedade organizada e desconsiderar o uso das tecnologias; o fato é que se acostumou cada vez mais a esperar das tecnologias e de seus dispositivos a execução de tarefas que seriam – em essência - de responsabilidade humana; mas movido por uma necessidade de fazer mais e menos tempo, terceirizou-se as tecnologias muitas das competências que cabia a cada indivíduo resolver.

Como todo grande avanço traz se consigo alguns contextos desfavoráveis no caso específico das TDICs, potencializou uma imensa exclusão digital uma vez que nesse mesmo fenômeno, coexiste o dilema da exclusão humana que não se limita ao acesso de dispositivos, mas



também se torna refinada, ao passo que muitas pessoas não possuem acesso à informação, direito básico, numa sociedade pautada por essa lógica. De certo se faz importante dizer que o fato de um indivíduo possuir um aparelho tecnológico não faz dele um cidadão digital uma vez que o processo de construção da infoinclusão transcende o simples ato de possuí um bem conforme ratifica Santos (2021, p. 91) ao afirmar que: “A personalidade da Infoinclusão está em sua tríade de posse, acesso e formação educacional”.

É importante lembrar que na mesma sociedade onde figuram pessoas que muitas vezes são viciadas em telas, *streamings*, jogos online, aplicativos de comunicação e redes sociais também figuram outros tantos que desconhecem todos esses contextos e que ainda é agravada por outras questões mais cotidianas como falta de escolarização básica, leitura, moradia, e outras mazelas que escancaram a falta de políticas públicas eficientes e que garantam os benefícios que lhe são de direito. Assim sendo, é quase que indexado falar de inclusão digital e ter que trazer à tona a exclusão tecnológica que é hoje reconhecida e estudada em diferentes contextos.

Elisabeth Rondelli (2003) aborda os possíveis caminhos que podem ser trilhados no sentido de possibilitar uma inclusão digital mesmo que de forma inicial. Para isso autor dividiu em quatro passos, a saber:

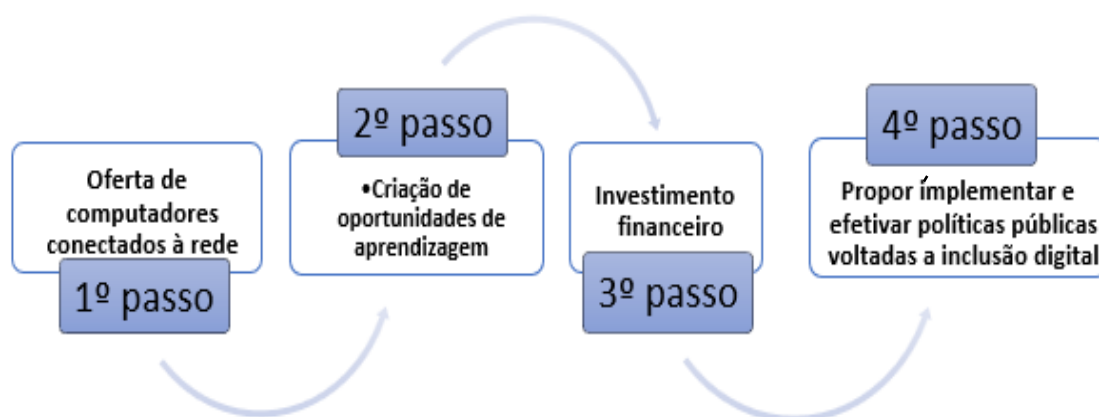


Imagem 01: 04 Passos para a inclusão digital.

Fonte: Adaptado de Rondelli, 2003

- **Oferta de computadores conectados à rede**, diz respeito na disponibilizar uma máquina conectada à rede mundial de computadores é o primeiro e mais importante passo para que o sujeito sinta se parte do processo de inclusão digital. Este, por sua vez, é apenas uma etapa inicial e não resolve nem de perto os problemas de uma efetiva inclusão. Pode-se dizer que



em um passado recente, 2009, ao proporcionar centros de computação e acesso à *internet*, populares como os infocentros/telecentros⁷, o Governo Federal deu um importante passo no sentido de democratizar o acesso ao computador e a internet em meio a explosão tecnológica resultada do advento das novas tecnologias do século XXI.

- **Criação de oportunidades de aprendizagem**, neste sentido deve ser entendido que o sujeito - além de ter acesso à máquina propriamente dito – deverá ter experiências e oportunidades diversas no sentido de vivenciar momentos de aprendizagem de uso das novas tecnologias. Dito de outra forma, oferecer um computador com acesso à *internet* é passo incipiente no processo de inclusão digital; além do acesso a esses recursos é preciso que o indivíduo vivencie de forma significativa diferentes contextos de inclusão e socialização dos saberes aprendidos: cursos de capacitação, adaptação e implementação do currículo escolar, proporcionar espaços que fomentem a troca de conhecimento e consolidação dos saberes aprendidos em espaços de educação formais, não-formais e informações de aprendizagem. Este segundo passo proposto pela autora é de suma importância pois por mais importante que a teoria seja a efetivação é indispensável.
- **Investimento financeiro**, talvez o mais importante dos quatro passos debatidos, uma vez que o uso da tecnologia bem como seu acesso não gratuitos e, como quase tudo em uma sociedade essencialmente capitalista, ter ou não ter dinheiro interfere diretamente no acesso a bens e serviços que são indispensáveis a vida social. É através de investimentos financeiros, bem aplicados, que é possível ampliar os horizontes da inclusão e da infoinclusão de forma que os indivíduos se sintam valorizados do ponto de vista das políticas públicas e dos objetivos de efetivação da inclusão digital. Em síntese pode-se dizer que não basta haver um programa ou uma política bem elaborada - do ponto de vista metodológico, didático, prático e efetivação - sem que esta receba os devidos aportes recursos para sua implementação desenvolvimento manutenção das atividades propostas. Faz-se primordial a existência de uma política pública que corrobore para diminuir essa

⁷ O programa instalou, 6.000 centros comunitários de informática em 3.105 municípios brasileiros com menos de cinquenta mil habitantes, equipados com dez computadores ligados à internet, duas impressoras, e dois instrutores contratados com 40h semanais pelo MEC para gerenciar o centro de inclusão e ministrar cursos de informática para a população. Cumpriu um papel relevante para a Infoinclusão da população fora da escola em lugares extremos do país. (Brasil *apud* Santos, p. 81, 2021).



lacuna da exclusão digital além de alocação de recursos financeiros com objetivo bem determinados.

- **Propor, implementar e efetivar políticas públicas voltadas à inclusão digital**, quando, de fato, se objetiva a universalização de qualquer estratégia de superação de um problema recorrente na sociedade o caminho mais apropriado para fazê-lo é direcionar às políticas públicas para que estas possam de alguma forma ajudar a fazer com que cada cidadão possa ser parte da de tal iniciativa. Muitas dessas políticas públicas já foram pensadas e idealizadas em todas as esferas do poder público; algumas dessas políticas públicas foram parcialmente e outras plenamente efetivadas.

Em um contexto mais contemporâneo, ainda há muito a se fazer, pois passado o desenvolvimento exponencial de expansão das iniciativas tecnológicas das primeiras duas décadas do atual milênio, estabeleceu-se uma lacuna entre as necessidades reais da população e os dispositivos tecnológicos.

2.1 A infoinclusão como enquanto projeto de educação no Brasil

As contribuições advindas das tecnologias e da inclusão digital são indispensáveis para o desenvolvimento social, escolar e integral dos indivíduos. Não é possível conjecturar a educação distante dos dispositivos tecnológicos que conectam não apenas os alunos as máquinas. Muito se falou dos problemas mais corriqueiros que interferem no desenvolvimento das ações e estratégias que impossibilitam a universalização da inclusão digital. No entanto, esta limitação não pode se interpor a possibilidade de ser a inclusão através da tecnologia um vetor do desenvolvimento educacional para o Brasil.

Kenski (2007) é enfático ao afirmar que as tarefas mais cotidianas podem ser facilitadas pelo uso das tecnologias. Isso se deve ao fato da proximidade dos indivíduos para como os recursos tecnológicos, ou seja, até mesmo nas atividades mais simples do cotidiano a tecnologia se apresenta como um mecanismo que possibilita toda uma facilitação na execução das tarefas pretendidas por cada um. É imprescindível que cada indivíduo compreenda que a tecnologia transpõe a noção de um mero recurso e perpassa por ser esta um conceito muito mais amplo e que possibilita uma maior inclusão inclusive cultural, ou cibercultural. A partir de então, passa-se a se preocupar de forma mais incisiva com práticas infoinclusivas ou com a inclusão digital que pode ser entendida como



“[...] ato de criar oportunidades e ambientes onde todos tenham acesso aos dispositivos móveis conectados e assim possam, intuitivamente, aprender a atuar no cenário das culturas digitais” inaugurando a terceira era da evolução digital. (Lévy citado por Santos, 2021) corrobora que:

O Termo digital substitui o termo ‘informática’ anunciando o rompimento da tecnologia com o *corpus* físico. Abandona a visão de espaço e local, antes simbolizada pelo computador, e passa às mãos, inaugurando o conceito de mobilidade, e os *hardwares* e *softwares* perdem o conceito de estruturas físicas de armazenamento para o conceito de nuvem.

A resignificação dos termos também demonstra o caráter vivo e orgânico da comunicação social absorvendo as peculiaridades socioculturais de um povo e moldando a própria língua em torno das experiências dos indivíduos. Conforme apresentado pelo professor Jacques Fernandes a mudança da tecnologia de informática por digital demonstra caráter mais contemporâneo do processo de inclusão digital - potencializado na primeira década do século XX.

O uso dos dispositivos tecnológicos possibilita o acesso e a socialização do conhecimento oportunizando aos seus usuários informações em tempo real seja em uma perspectiva mais recente seja através de dados históricos. São diversos os tipos de tecnologia e agrupamentos tecnológicos, no entanto as TDICs são especialmente voltadas para resignificar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem uma vez que o tradicionalismo das aulas e a falta de ludicidade tem impedido um melhor desenvolvimento das funções pedagógicas de forma que o discente sinta se parte da do fazer educativo.

Kenski (2007) evidencia que houve uma verdadeira descentralização do conhecimento como se conhece e este não mais está centrado nos meios acadêmicos e científicos, mas acessíveis a um toque de uma tecla. A grande revolução possibilitada pela crescente demanda de acesso a tecnologias da informação e da comunicação resultou na democratização do conhecimento, ou seja, o conhecimento está para todos, no entanto a forma de acessar este conhecimento não está igualmente democratizada uma vez que as pessoas que possuem mais recursos financeiros têm melhores acessos à tecnologia de ponta.

Enquanto outras tecnologias possuem finalidades definidas as TDICs estão voltadas e pensadas para o uso específico da na educação. Dessa forma, a tecnologia é apresentada como um instrumento de contribuição para o aprimoramento do fazer pedagógico e o melhor acesso dos alunos professores e demais sujeitos do processo educacional ao conhecimento. É importante ressaltar que o uso das tecnologias da informação e da comunicação pode ser feito de forma



planejada e sistemática considerando estas como parte da aula não necessariamente como centro das atividades pedagógicas.

Barreto (2004) enfatiza que nos dias de hoje, cujo cenário educacional é bastante complexo, as tecnologias podem ser utilizadas como caminhos para tornar a educação mais prazerosa atrativa e significativa não apenas para os alunos, mas também para todos os outros sujeitos do processo educacional. A necessidade de inserir a tecnologia no contexto educacional deve ser feita de forma planejada e intencional uma vez que as mesmas tecnologias que possibilitam a aproximação do conhecimento quando mal utilizada produz o resultado inverso: o afastamento ou a dispersão dos alunos.

A infoinclusão possibilitou a escola uma verdadeira revolução não apenas no seu fazer didático-metodológico, mas atribuiu ao professor inúmeros dispositivos tecnológicos que podem potencializar o aprendizado dos alunos tornando as aulas muito mais atrativas. As práticas infoinclusivas possibilitam verdadeiras intersecção no ambiente escolar: conecta professores e alunos, torna as práticas escolares mais lúdicas e o processo educacional mais significativo. Contudo Kenski (2007) alerta que oferecer aos alunos computadores, máquinas pode representar apenas um aporte técnico não garantindo assim uma aprendizagem significativa mediadas pelas tecnologias.

Castells (2015) explica que em 1995 se torna de domínio comum o conceito de Infoinclusão através da Universidade de Paris e se debruça ao explicar que esta pode ser entendida como um resultado de uma relação tríade entre permitir o acesso as tecnologias, disponibilizar conexão na rede mundial de computadores e oportunizar os saberes necessários para que as práticas inclusivas sejam absorvidas pelos seus usuários, neste caso, os alunos. Todos esses entendimentos ajudaram a superar as limitações presentes nas escolas uma vez que:

Não havia uma razão lógica na dotação de equipamentos tecnológicos às escolas e na ampliação da rede de internet sem um intenso processo de formação educacional. A internet, antes contemplada enquanto um instrumento de conectividade vinculado a um computador fixo, agora estava disponível a todos os instantes, através do advento dos *smartphones*, mudanças que provocariam profundas transformações na relação entre tecnologia e educação. (SANTOS, 2021, p. 90).

As práticas infoinclusivas envolvem, entre outras coisas, desenvolvimento do letramento digital, uso consciente e ético dos dispositivos tecnológicos com a devida aplicação a rotina das unidades escolares. Outrossim, os sujeitos são ativos no processo de mediação da aprendizagem e construção do conhecimento. Moran (2015) defende que usar as tecnologias de forma inteligente



demanda do professor todo uma abordagem metodologias ativas destacando o caráter das práticas infoinclusivas.

Toda tecnologia utilizada dentro do ambiente escolar deve ser utilizada de forma planejada e com objetivos bem definidos fazendo com que a intencionalidade do processo educativo seja atingida de forma satisfatória. Assim sendo, a preparação dos professores pode ir além de uma mera conscientização pedagógica acerca das tecnologias e conduzir o docente a perceber as tecnologias digitais a partir de um olhar colaborativo, criativo e consciente da aplicação das TDICs no contexto educacional.

É indispensável como por exemplo a concepção de um vídeo não apenas como um momento de lazer; a exemplo de uma exibição de um filme em sala de aula com direcionamento ao uso pedagógico em consonância com a grade curricular ou seja, é necessário focar mais na concepção das culturas digitais como possibilidade de vivências experiências de inclusão digital na escola, com trabalhos para pensar as narrativas, formar criticamente os estudantes para avaliar e se portar diante de informações falsas, a conviver e colaborar com os colegas, em coletivo, pensando nas aprendizagens de conceitos, para pensar o uso desses dispositivos como possibilidade de criação de uma sociedade incluída por meio da comunicação digital para o bem comum.

A infoinclusão pode e deve ser considerada como um projeto educacional nas escolas brasileiras uma vez que ao se vivenciar a infoinclusão no ambiente escolar tem-se a oportunidade de promover pontos de intersecção escolar e uma vez parte da vida dos discentes/docentes há uma democratização da cidadania digital independente de classe social ou escolaridade todos passam a ser sujeitos do processo inclusivo e partes e integrantes da socialização do conhecimento - através das tecnologias digitais. A potencialização e articulação entre sujeitos e máquinas *hardware* e *softwares*, potencializam e fomentam o desenvolvimento do conhecimento proporcionando ganhos dificilmente imaginados sem tais recursos.

A infoinclusão enquanto proposta de educação deve acontecer de forma crítica, estabelecendo claramente quais os objetivos que serão alcançados e quais dispositivos serão utilizadas e guiaram os sujeitos, metodologias nos diferentes contextos educacionais. De forma análoga a ideia do grande educador Paulo Freire é preciso despertar nos indivíduos a leitura do mundo e a leitura da palavra, neste caso específico Freire aponta para a necessidade do domínio da leitura e da interpretação; no caso da infoinclusão o domínio perpassa por conhecer os dispositivos saber manuseá-los com finalidade estritamente pedagógica.



Felice (2017) explica que preciso inserir a tecnologia no ambiente escolar uma vez que o público-alvo que se encontra nas escolas lamentavelmente se encontra intoxicada pelo uso excessivo de telas, aplicativos, jogos, programas e as redes sociais. No processo da infoinclusão é preciso despertar nos alunos o interesse pela tecnologia não do ponto de vista do instrumento, mas do potencial recurso para uma melhor compreensão de mundo e interação com este. Portanto, inserir a tecnologia no ambiente escolar não se resume a montar laboratórios, comprar máquinas, adquirir recursos de última geração ou mesmo dispositivos didáticos inovadores como *tablets*, cadernos digitais, lousas digitais e etc. O objetivo principal deste processo de ressignificação do contexto educacional através das tecnologias ocorre de forma a criar uma rotina de significação do fazer tecnológico através da qual os alunos sintam se instigados pelo processo de aprendizagem e possam ver os dispositivos como algo caráter meramente recreativo.

A infoinclusão, enquanto projeto de educação no Brasil, pode ser pensado de forma ampla e sistemática perpassando por políticas públicas educacionais que de fato atendam às necessidades dos professores e dos alunos oportunizando a vivência da inclusão digital mediados por equipamentos de qualidade e com acesso à *internet*, ou seja, é preciso que os dispositivos tecnológicos sejam de fácil manuseio e de boa durabilidade atrelado ao fomento e a formação continuada dos professores para que esses possam oportunizar aos discentes os maiores ganhos advindos da tecnologia.

Construir um projeto de educação para o Brasil e voltado para a tecnologia requer de todos os seus agentes a responsabilidade e a dedicação para a execução plena não apenas das suas propostas pedagógicas, mas também da operacionalização das mesmas. As tecnologias por si só podem distrair o aluno e inviabilizar o processo de ensino e aprendizagem, mas de forma articulada e planejada os ganhos são inimagináveis. É preciso organizar situações de significação e de valoração das tecnologias fazendo com que cada sujeito, cada indivíduo se sinta verdadeiramente parte não apenas de uma aula tecnológica mais de um mundo repleto de tecnologia uma vez que a Inclusão digital não se resume a conectar pessoas a máquinas e redes, mas torná-las cidadãos do mundo.

Considerações finais

O crescimento das tecnologias digitais possibilitou o repensar não apenas das atividades mais cotidianas da sociedade moderna, mas também reorganizar tudo o que se concedeu enquanto



educação uma vez que as tecnologias foram direcionadas para o uso pedagógico no ambiente escolar. Computadores, *tablets* celulares, *notebooks*, entre outros dispositivos tecnológicos passaram a ser não apenas dispositivos comunicacionais mais desempenhar funções pedagógicas no contexto da sala de aula. São pontos nessa discussão, a partir da revisão de literatura que merecem destaque:

1) As práticas educacionais permeadas pelos ganhos tecnológicos devem ser inseridas dentro do contexto escolar de forma planejada e de acordo com as diretrizes curriculares que norteiam o fazer educacional e pedagógico da escola. É imprescindível compreender as diferenciações que estão implicadas no uso didático das tecnologias uma vez que o simples fato de oportunizar os dispositivos aos alunos não traduz em ganhos para o processo de socialização do conhecimento.

2) A infoinclusão transcende o caráter da posse do equipamento digital e perpassam por fazer com que o sujeito seja parte consciente de todo um processo de letramento digital e compreensão do uso ético das informações que são mediadas através dos dispositivos tecnológicos. Desse ponto de vista as tecnologias digitais podem ser trabalhadas dentro da sala de aula enquanto linguagem tecnológica de forma transversal as previsões do currículo e dos objetivos de cada etapa da educação. uma vez incorporadas a rotina da escola as práticas infoinclusivas ampliam as possibilidades de aprendizagem, mas para isso é necessário que haja todo um direcionamento e intencionalidade pedagógica.

3) A intersecção promovida pela influência, entre outras articulações, corresponde a estabelecer uma relação direta entre as práticas educativas e as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) articulando estratégias e os saberes advindos de cada um. Para que isso ocorra é imprescindível que haja todo um processo de formação não apenas dos educadores, mas também dos educandos para que estes possam desempenhar as suas cidadanias digitais.

Portanto, pode-se dizer que a integração entre inclusão tecnologia e mediação escolar exige muito mais que uma organização do espaço físico e tecnológico, pode, portanto, ser utilizada como forma de construção de uma identidade digital superandos os processos cotidianos de exclusões digitais. Assim sendo, a escola deve assumir o seu papel frente às demandas sociais, as necessidades dos alunos, as peculiaridades socioeconômicas dos discentes, ao tempo em que protagoniza a construção enquanto cidadãos digitais e críticos.



Referências

- BARRETO, R. *Tecnologia e educação: trabalho e formação docente*. Campinas. Vol 25. 2004.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DURÁN, Débora. *Letramento digital e desenvolvimento*. Goiânia: Editora UFG, 2019.
- FELICE, Máximo Di; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (Orgs.). *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP. Papirus, 2017.
- HETKOWSKI, Tânia (Org.). *Políticas públicas e inclusão digital*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2007.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1ª Edição 1999, 1ª Reimpressão 1999 Catalogação na Fonte do Departamento Nacional do Livro (Fundação Biblioteca Nacional, RJ,
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha: Grandes Nomes do Pensamento, v. 16).
- LÉVY, Pierre. *Estamos vivendo a quarta revolução da comunicação*. *Correio 24 Horas*, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/correio24horas/entretenimento/pierre-levy-estamos-vivendo-a-quarta-revolucao-da-comunicacao-0919>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- McLUHAN, M. *Understanding Media: The Extensions of Man*. New York: McGraw-Hill, 1964.
- NEMER, David. *Favela Digital: o outro lado da tecnologia*. GSA Editora, 2013.
- NEMER, David. *Tecnologia do Oprimido*. Cambridge: MIT Press, 2022.
- PAIXAO, Vitoria Vieira; SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos; VIEIRA, Fabiana Silva. *TDICs no ambiente escolar: desafios enfrentados por docentes da rede estadual de ensino de Sergipe*. Congresso Internacional de tecnologia educacional e a distância. 2024.
- PRETTO, Nelson. *Escola sem/com futuro*. Campinas: Papirus, 1996.
- PRIMO, A. *Interação mediada por computador: a comunicação e a educação à distância*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- RONDELLI, Elisabeth. *Quatro passos para inclusão digital*. São Paulo. 2003.
- SANTOS, Jacques Fernandes. *O instituto federal de educação enquanto difusão da política pública de inclusão no Sertão de Alagoas*. Tese de Doutorado. UNIT. Aracaju, 2021
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica*. Observatório da Sociedade da Informação, n. 2, p. 1-15, 2003. Disponível em: http://www.softwarelivre.org/articles/inclusao_digital.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.
- SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.